**REQUERIMENTO Nº 21 / 2015**

Senhor Presidente,

O Vereador signatário deste requer, nos termos do inciso XXIV do art. 40 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre e do inciso VII do art. 54 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas ao Senhor Prefeito Municipal, por meio da Secretaria responsável pela respectiva pasta, as informações que se seguem referentes ao “mutirão contra dengue” realizado em Pouso Alegre:

a) Qual foi o número de funcionários envolvidos nesta ação e como foi à forma de pagamento a estes funcionários?

b) Quantas Secretarias participaram do “mutirão contra dengue”?

c) Qual foi o valor gasto com o “mutirão contra dengue”? Quais foram as Secretarias que se responsabilizaram com estes gastos?

d) Qual foi o planejamento para esta ação acontecer e quais foram os serviços prestados para o combate aos focos da dengue?

e) Ouve alguma empresa terceirizada para a execução dos serviços? Se houve enviar cópia das notas de empenho e das notas fiscais;

f) Qual foi a despesa com publicidade (panfleto ou carro de som)? Enviar copia das notas de empenho e das notas fiscais.

**JUSTIFICATIVA**

Tais informações visam esclarecer a esta Casa de Leis, e a população sobre algumas dúvidas a respeito do referido assunto.

O vereador tem como dever fiscalizar as ações do Poder Executivo e o requerimento é uma forma documental de informar, com transparência, a população e esta Casa de Leis sobre como estão sendo prestados os serviços de interesse da população.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, em seu artigo 69, inciso XXVI, é atribuição do prefeito “prestar à Câmara Municipal informações solicitadas, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da solicitação”.

E ainda, “Das responsabilidades do Prefeito” em seu artigo 71, são infrações político-administrativo e sujeitam o Prefeito a julgamento e cassação do mandato pela Câmara, além de outras previstas nesta lei: IV – desatender, sem motivo justo, às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular;

Também vale ressaltar a Lei Federal N° 12.527/2011 que regula o acesso a informações públicas.

Sala das Sessões, 7 de Abril de 2015.

|  |
| --- |
| Adriano da Farmácia |
| VEREADOR |